

Ao  
**FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

**Referente:**  
**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.028908/2022-18

Pregão Eletrônico para Registro de Preços – 06/2023

Prezado Pregoeiro e equipe técnica;

A Carbuss - Industria Catarinense de Carrocerias Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.866.382/0001-42, com sede na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na rua Augusto Bruno Nielson, nº 345 – Zona Industrial, CEP 89219-580; que tem como seu objeto social a fabricação de carrocerias para ônibus, dentre outras atividades, demonstrando todo seu interesse no bom andamento e lisura jurídica dos atos dessa Administração Pública, tendo tomado conhecimento do edital do pregão para registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE ZERO 4X4, ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola acima referenciado, leu a minuta e lhes encaminha através deste a **Impugnação ao Edital**, conforme previsto no referido instrumento em seu item 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, conforme recorte abaixo do próprio Edital:

.  
. .  
.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail [compc@fnde.gov.br](mailto:compc@fnde.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, SBS, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, CEP 70.070-929, Setor de Licitação/CGARC/DIRAD.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

.  
. .  
.

E, segundo a Lei 14133/2021, a impugnação também é prevista conforme abaixo, em seu Art. 164:

.  
.  
.

*“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”*

.  
.  
.

## **I - FUNDAMENTO:**

A Carbuss - Industria Catarinense de Carrocerias Ltda., acima qualificada, demonstrando interesse no bom andamento e lisura jurídica dos atos desta Administração Pública e amparada na Lei 14133/2021 que versa no seu art. 5º e respectivos parágrafos onde temos que:

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).”*

Adicionalmente, segundo, Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra - *Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade* -, todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

## **II – DOS FATOS**

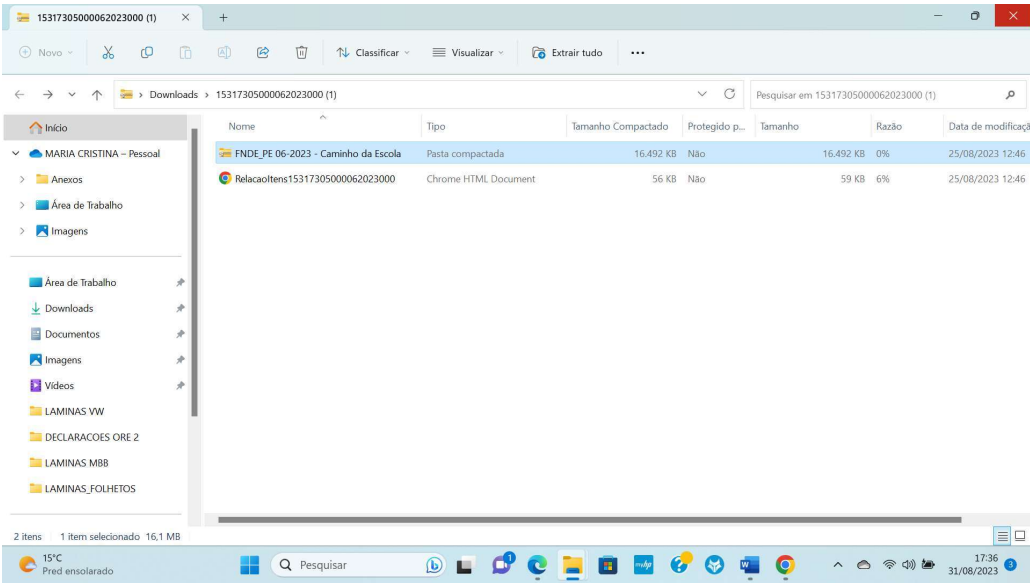
O atual edital do pregão para registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar e Ônibus Urbano Escolar, promovido por esta autarquia, incluindo toda a variação de modelos contidas nos Cadernos de Informações Técnicas, Relação de Itens e demais documentos que fazem parte do Edital, possui vícios insanáveis que ferem os princípios básicos da licitação, contidos no Art. 5º da Lei 14133/2021, já referenciado anteriormente.

Levando-se em conta que o Edital de licitação é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura do procedimento licitatório, fixando nele as suas condições de realização e, convocando os interessados para apresentação de suas propostas; ou seja, é a Lei interna da licitação e que através dele que

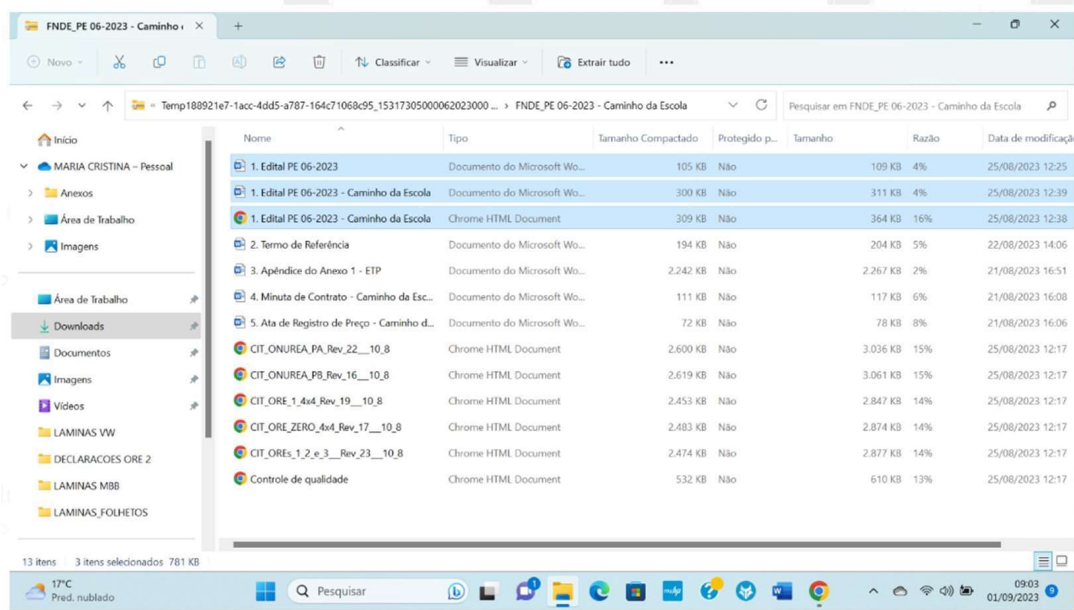
são definidas todas as regras do processo, é minimamente exigível que a sua apresentação seja clara, objetiva e livre de duplas interpretações.

Feita essa introdução, causa-nos espanto que ao abrir os arquivos disponibilizados, visualizamos 03 (três) arquivos de Edital:

- Tela 1: arquivos disponibilizados



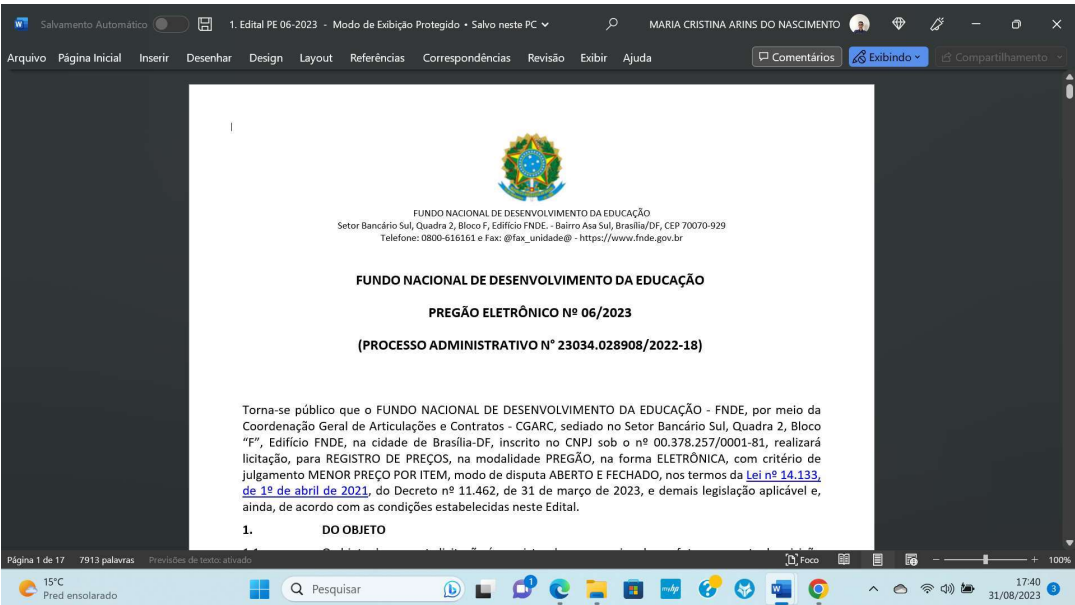
- Tela 2: abertura da pasta compactada



Esse fato por si só já é reprovável e amplamente questionável por todos os licitantes interessados. Contudo, o fato ainda possui agravante, pois contém informações contraditórias.



No primeiro anexo em formato *word*, ao abrimos o arquivo nos deparamos com as informações (*print da tela*):



Percebam que consta como Identificação:

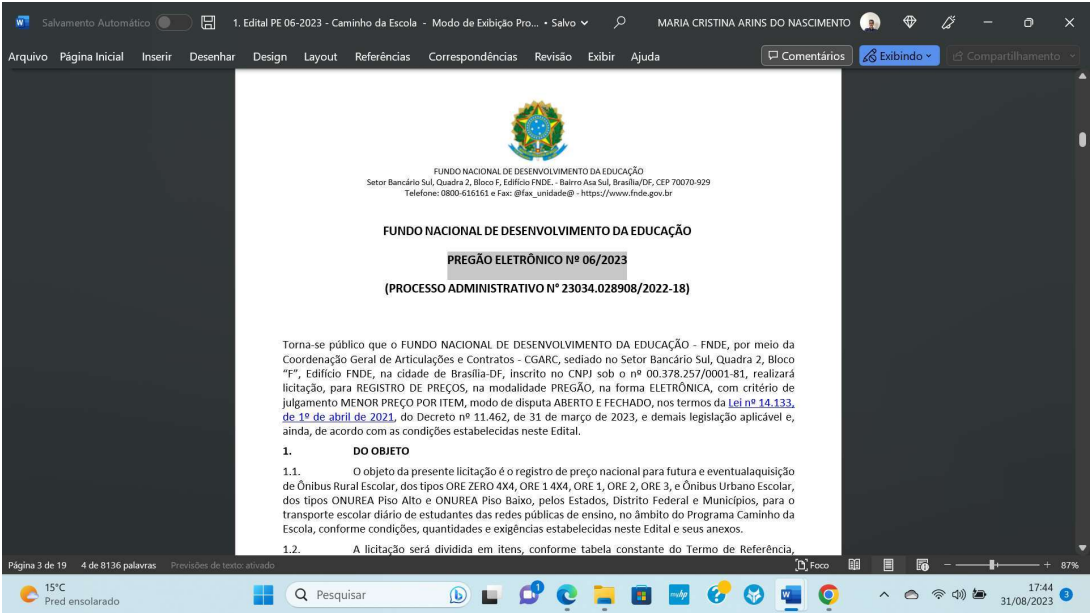
- **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023**  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.028908/2022-18)

Contudo, ao acessar o segundo anexo no formato *word*, nos deparamos com as seguintes informações na primeira folha e pedimos total atenção para o item grifado – número do edital – **05/2023**:





Avançando nesse mesmo anexo, porém na terceira folha, onde novamente pedimos a atenção de V.Sas., verificamos como identificação de número de edital 06/2023 – vejam o nosso grifo no *print* da tela:



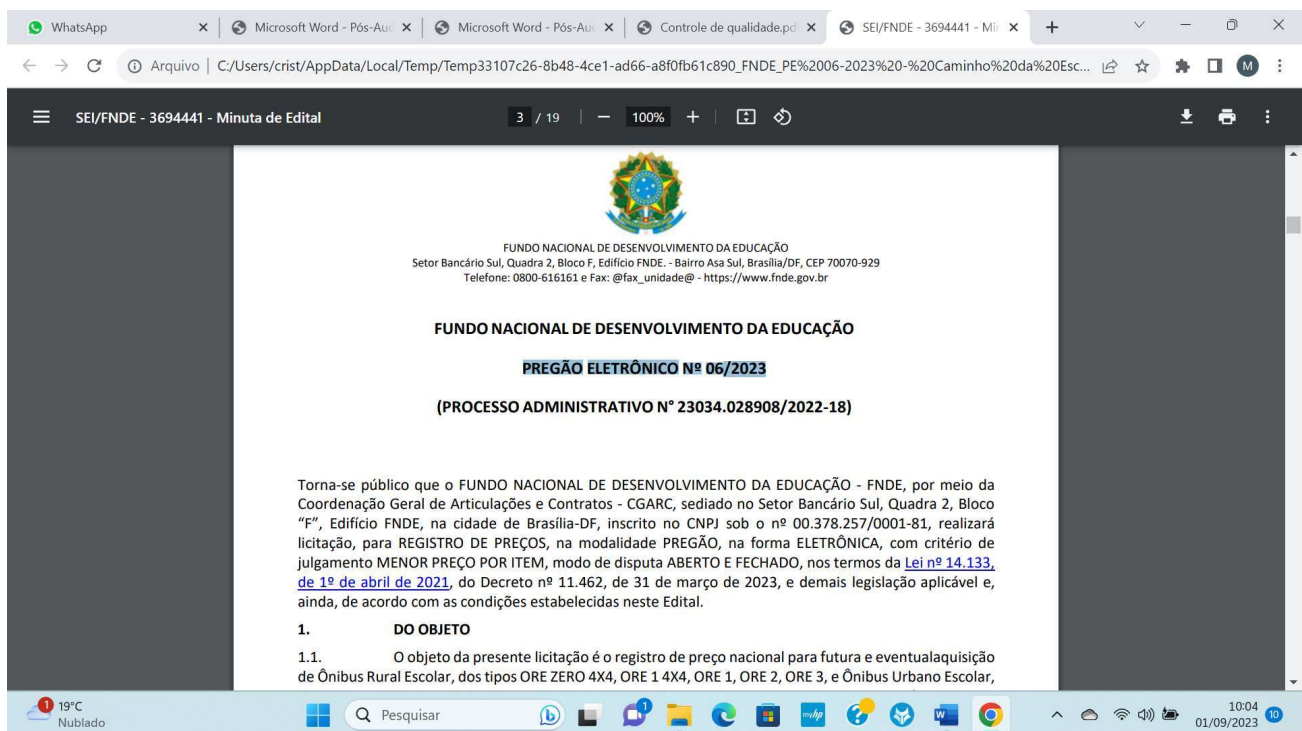
Essa falha, também está presente no terceiro anexo, em formato *PDF*:

Aqui está a primeira folha do terceiro anexo - em PDF (atenção ao grifo), onde aparece o número do edital como 05/2023:





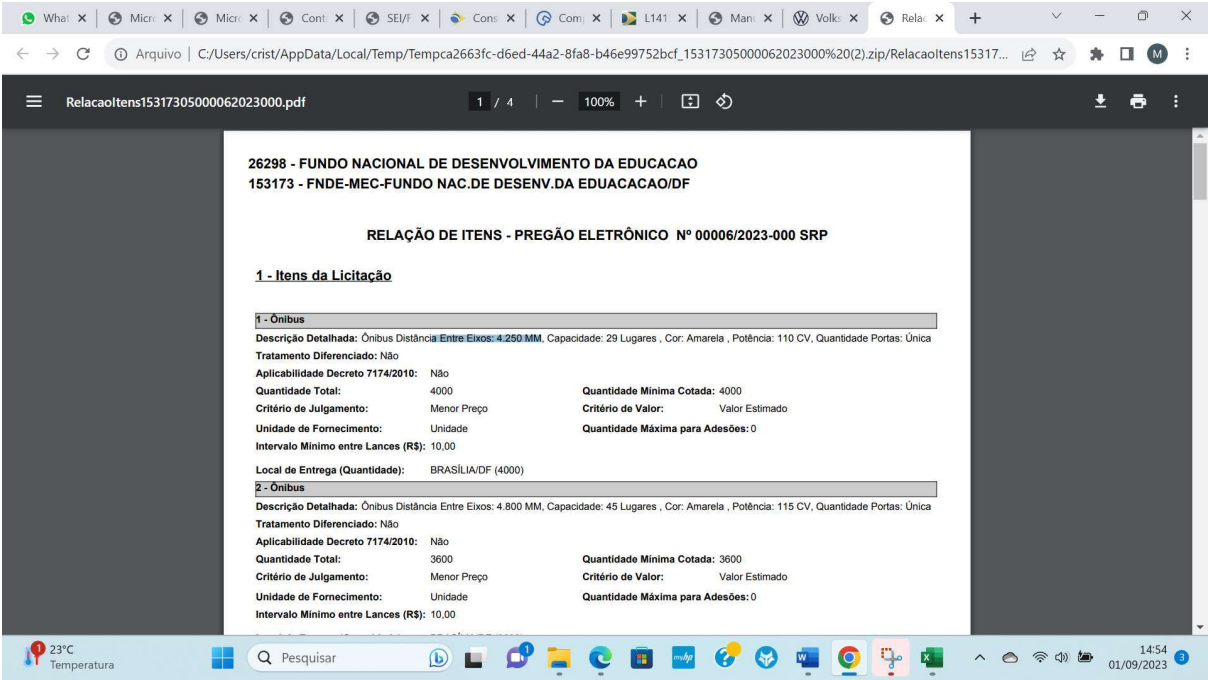
- E novamente na terceira folha para o arquivo disponibilizado em formato PDF (atenção ao grifo) – edital 06/2023:



Dada a gravidade desse fato onde para um mesmo processo são disponibilizados três editais, já em sua abertura incorre em falhas consideráveis e informações contraditórias, especialmente quanto a sua identificação, se faz necessária à sua revogação, para que sejam feitas não somente a correção desse item pontual, mas também todas as revisões necessárias nos documentos disponibilizados, bem como a publicação – nos termos da lei - de apenas um edital, completamente revisado e unificado.

Ainda assim, demonstrando novamente nosso total interesse no processo, prosseguimos com a análise do Edital e todos os anexos e nos deparamos novamente com inconsistências.

No anexo “RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2023-000 SRP”, encontramos na “Descrição Detalhada” de todos os itens a serem disputados, a exigência de entre eixos. Importante ressaltar que em nenhum momento, nos Cadernos de Informações Técnicas, constou essa exigência ou essa informação.



Cabe aqui comentar que os chassis destinados à fabricação dos veículos tipo Ônibus – sejam quais forem os modelos e versões - possuem detalhes técnicos diferentes, até porque seus fabricantes são diferentes. Contudo isso não limita – e nunca limitou - o atendimento a todos os demais requisitos técnicos dos veículos bem como o fornecimento dos mesmos. Ao exigir determinado entre eixos sem sequer permitir que as dimensões sejam “mínimas” ou “máximas”, ou ainda permitir tolerâncias – como em outros itens de similar característica técnica, esta autarquia poderá incorrer na falha de contar com apenas um único fornecedor ou ainda de itens com participação deserta.

Essa grave situação fere os princípios da licitação, regidos pela Lei 14133/2021, especialmente os princípios da Igualdade e da Competitividade, anteriormente listados e apresentados.

É necessário e prudente que seja providenciada a revisão dessa imposição, sendo ela necessária que a mesma integre também o Caderno de Informações Técnicas. Ainda assim, como informação técnica, que a seja descrita com a permissão de tolerâncias, a exemplo de outros itens.

Ao permitir tolerâncias para os entre eixos, certamente existirá mais de um licitante em cada item, ampliando assim a quantidade de fornecedores, viabilizando a disputa e isso acarretará valores mais vantajosos a Autarquia.

Dando continuidade a análise, verificamos que os Prazos de Entrega foram revisados, possibilitando uma flexibilização. Contudo uma análise mais aprofundada demonstrou que esse prazo mais flexível para as grandes contratações, está condicionado a acordos entre as partes.

Acreditamos aqui que seja necessária uma nova revisão, pois ao permitir uma possibilidade de dilação em prazos, mas condicioná-la a acordos posteriores, teoricamente os fornecedores não possuem nenhuma garantia de que seu pleito – *quando e se necessário* – será aceito pelo Contratante. E isso ocorrendo – uma negativa por parte dos contratantes – ocasionará em desgastes com o Órgão Gestor, com o próprio contratante além de possibilidades de penalizações previstas na legislação e consequentemente em prejuízos ao fornecedor.

Outro ponto que pedimos a completa revisão é quanto às condições para pagamento. Entendemos que alterações em alguns critérios são feitas até para que o processo seja aperfeiçoado como um todo. Mas encontramos informações contraditórias inclusive nesse item e, em documentos diferentes.

Vejam o que informa, no Termo de Referência, no item 7. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.1. A comprovação da entrega se dará por meio do Termo de Recebimento Provisório dos Ônibus Escolares, conforme modelo constante do Encarte D – Termo de Recebimento Provisório a ser assinado por representante da CONTRATANTE no momento da entrega.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.8.2. o prazo de validade;
- 7.8.3. a data da emissão;
- 7.8.4. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.8.5. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.8.6. o valor a pagar; e
- 7.8.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.8.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

E no mesmo Termo de Referência a informação é complementada:

**Prazo de pagamento**

- 7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.15.1. O prazo de que trata o item 7.15 poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Com especial destaque para a informação de que todos os prazos apresentados estão sendo contados em “dias úteis”.

Entretanto no apêndice do Anexo I Estudo Técnico Preliminar, item 3.8 - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO, consta a seguinte informação:



3.8.7 Os ônibus escolares serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas constante dos Cadernos de Informações Técnicas e na proposta.

3.8.8 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações previstas, devendo ser substituídos e/ou reparados, à custa da contratada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada.

3.8.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo assinado pela contratante.

Ou seja, aqui os prazos não são apresentados como “*dias úteis*”.

Sendo esse um item de extrema sensibilidade, uma vez que interfere no total planejamento - especialmente financeiro - de uma organização como um todo, e mais ainda que estamos aqui falando em milhares de unidades de veículos a serem fornecidos, é razoável que tenhamos uma informação não somente completa, mas também confiável. Pedimos a esta Autarquia a definição desse ponto, de maneira que possibilite aos licitantes a segurança no seu planejamento financeiro.

Dando continuidade, é de conhecimento de todos os interessados que esta Autarquia exige dos interessados a apresentação do CAT de veículo completo (chassi + carroceria). O prazo para a apresentação desse documento está assim descrito e exigido no Anexo de Controle de Qualidade:

## **2. DA 1ª ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE – INSPEÇÃO DO PROTÓTIPO**

**2.1.** Encerrada a fase de análise documental da qualidade, o licitante deverá, num prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da solicitação do pregoeiro, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo para realização da inspeção, com a seguinte documentação:

**a)** Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Denatran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassi e carroceria do veículo); e

Dadas as particularidades do ano corrente, onde existiu a alteração de PROCONVE para o P8 (Euro VI), e, somados a isso a indústria automotiva continua com paralizações (lay-off) pelos mais diversos fatores, solicitamos a esta Autarquia, que o CAT seja exigido apenas no momento de entrega dos veículos ao contratante final.

Reforçamos à V.Sas. que entregar o CAT na entrega das unidades ao cliente/contratante é praxe na indústria automotiva. A exceção é justamente entregar esse documento antecipadamente.

Adicionalmente comentamos que a funcionalidade do CAT é possibilitar o registro e licenciamento de veículos junto aos órgãos executivos de trânsito, e justamente por esse motivo não se justifica uma apresentação antecipada.

Opcionalmente essa autarquia poderia acatar dois CAT's (de chassi e de carroceria) separadamente e novamente ressaltamos que a entrega de CAT's separados são a prática no mercado automotivo.

Não existe nenhum ônus, absolutamente nenhum prejuízo – especialmente no que tange a qualidade e segurança dos veículos – a disponibilização desse documento no momento da entrega do veículo ao cliente ou ainda se forem entregues CAT's separados. A qualidade e a segurança das unidades produzidas e encarroçadas está no atendimento às normas, na qualidade dos materiais utilizados e todo o processo produtivo.

### III - DO EFEITO SUSPENSIVO

O impugnante vem, nessa oportunidade requerer o efeito suspensivo do certame licitatório, uma vez que a não concessão do efeito suspensivo poderá causar não somente ao impugnante, como a esta Administração, dano de difícil ou incerta reparação.

### IV – DO PEDIDO

Isso posto requer a impugnante:

- 1) A revogação imediata do Edital;
- 2) A completa revisão do edital e todos os seus anexos,
- 3) A retificação das inconformidades apresentadas;
- 4) A aceitação do CAT, somente quando da entrega da primeira unidade produzida, e portanto antes do emplacamento – momento no qual esse documento é necessário;
- 5) A republicação do edital com todas as retificações, possibilitando dessa maneira a ampla do a disputa do certame acarretando o pleno atendimento dos princípios que regem as licitações públicas.

Termos em que, pede deferimento.

ALINE

ZANLUCHI:0348

3074970

Assinado de forma digital  
por ALINE  
ZANLUCHI:03483074970  
Dados: 2023.09.01 20:10:37  
-03'00'

Joinville - SC, 01 de Setembro de 2023.

